



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Processo nº 10680.007150/2007-71
Recurso nº 147.622 Voluntário
Acórdão nº 2402-00.584 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de fevereiro de 2010
Matéria REMUNERAÇÃO DE SEGURADOS. DESCARACTERIZAÇÃO DE PACTO.
Recorrente MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS - PREFEITURA MUNICIPAL
Recorrida SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA - SRP

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/02/1999 a 31/12/2001

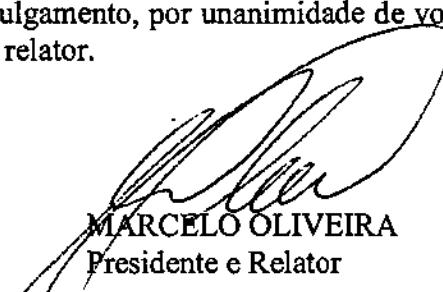
CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS. SEGURADO EMPREGADO. CARACTERIZAÇÃO.

Uma vez caracterizados os pressupostos do segurado empregado, são devidas as contribuições previdenciárias pertinentes à relação de emprego.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.


MARCELO OLIVEIRA
Presidente e Relator

Participaram, do presente julgamento, os Conselheiros: Marcelo Oliveira, Ana Maria Bandeira, Rogério de Lellis Pinto, Lourenço Ferreira do Prado, Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira (Convocado) e Núbia Moreira Barros Mazza (Suplente).

Relatório

Trata-se de recurso voluntário apresentado contra Decisão da Delegacia da Secretaria da Receita Previdenciária (DRP), Governador Valadares / MG, Decisão-Notificação (DN) 11.424.4/0122/2006, fls. 0160 a 0166, que julgou procedente o lançamento, efetuado por descumprimento de obrigação tributária legal principal, fl. 001.

Segundo a fiscalização, de acordo com o Relatório Fiscal (RF), fls. 047 a 050, o lançamento refere-se a contribuições destinadas à Seguridade Social, incidentes sobre a remuneração paga a segurados conceituados como empregados, correspondentes a contribuição dos empregados, da empresa, a contribuição para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrentes dos riscos ambientais do trabalho (GILRAT) e as contribuições devidas aos Terceiros.

Ainda segundo o RF, o lançamento surge devido ao Fisco ter constatado que os segurados contratados como contribuintes individuais preenchiam todas as condições e características de segurado empregado, motivo de desconsiderar os vínculos pactuados e efetuar os enquadramentos como segurados empregados.

Os motivos que ensejaram o lançamento estão descritos no RF e nos demais anexos da NFLD.

Contra o lançamento, a recorrente apresentou impugnação, fls. 0103 a 0122, acompanhada de anexos.

A DRP analisou o lançamento e a impugnação, julgando procedente o lançamento, fls. 0127 a 0131.

Inconformada com a decisão, a recorrente apresentou recurso voluntário, fls. 0135 a 0143, acompanhado de anexos.

A segunda Câmara de Julgamento (CAJ), do CRPS, analisou os autos e anulou a decisão, pela mesma não ter enfrentado todos os argumentos da impugnante, fls. 0155 a 0158.

A DRP emitiu nova decisão e a recorrente ingressou com novo recurso, onde alega, em síntese, fls. 0171 a 0187, que:

1. Ocorreu desrespeito à decisão do CRPS, pois não foi realizada perícia;
2. O INSS é incompetente para descharacterizar relações jurídicas;
3. Não foram caracterizadas todos os requisitos do segurado empregado;
4. A vista do exposto, pede a recorrente a decretação da nulidade da nova decisão, por falta de realização de perícia, como determinado pelo CRPS, e, no mérito, pede a decisão pela improcedência do lançamento.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Marcelo Oliveira, Relator

Sendo tempestivo, CONHEÇO DO RECURSO e passo ao exame das questões preliminares.

DAS QUESTÕES PRELIMINARES

Quanto às preliminares, a recorrente alega que ocorreu desrespeito à decisão do CRPS, pois não foi realizada perícia, como determinado.

Não há razão no argumento da recorrente.

O CRPS anulou a decisão por ela não ter enfrentado o argumento da necessidade de perícia.

Em seu julgamento o CRPS não determina a realização de perícia.

Outra preliminar afirma que o INSS é incompetente para descharacterizar relações jurídicas.

Primeiramente, esclarecemos à recorrente que o Fisco possui competência para a desconsideração de pactos e caracterização como segurado empregado.

Decreto 3.048/1999:

Art.229. O Instituto Nacional do Seguro Social é o órgão competente para:

...

§2º Se o Auditor Fiscal da Previdência Social constatar que o segurado contratado como contribuinte individual, trabalhador avulso, ou sob qualquer outra denominação, preenche as condições referidas no inciso I do caput do art. 9º, deverá desconsiderar o vínculo pactuado e efetuar o enquadramento como segurado empregado. (Redação dada pelo Decreto nº 3.265, de 29/11/99)

Em segundo lugar esclarecemos que não foram desprezadas situações jurídicas, mas foi feita, somente, no entender do Fisco, a correta caracterização dos segurados, como empregados.

Destarte, equivocado o argumento, pois a legislação confere competência ao Fisco.

Por todo o exposto, rejeito as preliminares e passo ao exame do mérito.

DO MÉRITO

Quanto ao mérito a recorrente afirma que não foram caracterizados todos os requisitos do segurado empregado.

Na análise do RF verificamos que o Fisco toma o cuidado e demonstra todos os requisitos que caracterizam os segurados como empregados.

A recorrente poderia até não concordar com os argumentos do Fisco, refutando-os, mas não há razão em seu argumento de que o Fisco não se pronunciou sobre os motivos – constantes da legislação – que levaram a caracterização dos segurados como empregados.

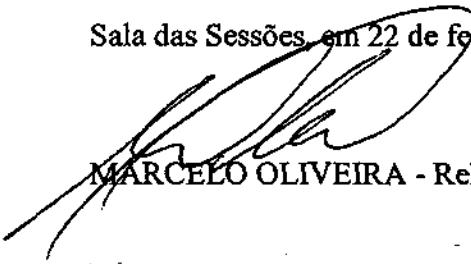
Portanto, não há razão no argumento.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto,

Voto por negar provimento ao recurso, nos termos do voto.

Sala das Sessões, em 22 de fevereiro de 2010


MARCELO OLIVEIRA - Relator